

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ADRIELI TOMAZ DA SILVA**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MÉTODO AJUSTE A VALOR PRESENTE EM  
EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DO SETOR DE BENS  
INDUSTRIAIS**

**CRICIÚMA**

**2020**

**ADRIELI TOMAZ DA SILVA**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MÉTODO AJUSTE A VALOR PRESENTE EM  
EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DO SETOR DE BENS  
INDUSTRIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharela no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Everton Perin

**CRICIÚMA**

**2020**

**ADRIELI TOMAZ DA SILVA**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MÉTODO AJUSTE A VALOR PRESENTE EM  
EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DO SETOR DE BENS  
INDUSTRIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharela, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade financeira.

Criciúma, 07 de agosto de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Everton Perin - Especialista – (UNESC) - Orientador

---

Prof. Ademir Borges - Especialista - (UNESC) – Examinador 1

---

Prof. Valcir Mantovani - Especialista - (UNESC) – Examinador 2

**A Deus, por ter me sustentado até aqui.**

**A minha família, por ser minha base.**

**Ao meu namorado Davi, por seu amor e apoio.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus em primeiro lugar a Deus, por ter me guiado e me sustentado todos esses anos, me dando forças e saúde para correr atrás dos meus sonhos.

Aos meus pais que batalharam junto comigo toda esta trajetória, me apoiando e incentivando durante esse período.

Ao meu noivo Davi, por seu amor e apoio, e que nos piores momentos em que pensei em desistir esteve me apoiando e me dando forças para continuar.

As minhas amigas de formação, que tive a oportunidade de conhecer durante esta trajetória, Ana Laura, Alline, Beatriz, Lyandra e Pauline, que estiveram comigo nos momentos de dificuldades e alegrias.

Ao meu professor orientador Everton Perin, pela realização desse trabalho e sua paciência.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis pelo ensino e aprendizado, e por auxiliar a me tornar um bom cidadão e profissional.

Enfim, a todos que colaboraram para meu crescimento e a conclusão deste curso.

**“Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito bela para ser insignificante.”**

**Charles Chaplin**



## ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MÉTODO AJUSTE A VALOR PRESENTE EM EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES DO SETOR DE BENS INDUSTRIAIS

Adrieli Tomaz da Silva<sup>1</sup>

Everton Perin<sup>2</sup>

**RESUMO:** O processo de convergência contábil no Brasil fez com que as empresas e os profissionais contábeis adaptassem sua contabilidade às normas internacionais. Estas empresas devem publicar suas demonstrações financeiras de forma com que seja condizente com a realidade da entidade. Seguindo este contexto, o objetivo deste estudo consiste em avaliar como o Ajuste a Valor Presente é apresentado pelas empresas listadas na B3 atuantes no setor de bens industriais. Para alcançar tal objetivo, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa, com relação aos objetivos a pesquisa é considerada como descritiva, quanto aos procedimentos para coleta de dados foi realizado um levantamento de dados das empresas listadas na bolsa de valores que destacaram o Ajuste a Valor Presente. Na fundamentação, abordou-se sobre as normas brasileiras, normas internacionais e detalhando o tema referente ao Ajuste a Valor Presente. Na análise de dados foi realizado uma pesquisa nas demonstrações contábeis das empresas listadas na B3, a fim de avaliar o nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente. Conclui-se que, as informações contábeis divulgadas pelas empresas listadas na Bolsa de Valores devem ser evidentes e transparentes, contendo a verdadeira situação patrimonial da empresa. Por fim, grande parte das empresas pesquisadas evidenciaram em suas demonstrações contábeis a aplicação do método Ajuste a Valor Presente.

**PALAVRAS – CHAVE:** Convergência contábil. Normas brasileiras. Normas internacionais.

**AREA TEMÁTICA:** Tema 01 - Contabilidade Financeira

### 1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei nº 6.404/76 as empresas S.A. foram impactadas por um novo método de elaboração de suas demonstrações contábeis. Esta lei representou um relevante marco para a contabilidade no Brasil, com as mudanças ocorridas nas normas internacionais editadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Com o passar dos tempos, houve algumas mudanças na contabilidade do Brasil e com isso, foi instituída a Lei nº 11.638/07 que alterou a Lei nº 6.404/76. Diante disso, o Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) passou por

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



um processo de convergência contábil no país para se adequar as normas internacionais.

De acordo com Carlin e Hoog (2011) o processo de convergência foi realizado em duas etapas, a primeira etapa aconteceu em 2008, com a emissão de diversas normas, interpretações e comunicados técnicos por parte do CFC, que originaram o CPC 13 – Adoção Inicial das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e o CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.

Na segunda etapa em 2009, foi implementada as NBC Ts dos Pronunciamentos Técnicos nos CPC 15 a 40 e suas diversas interpretações. Todas as normas brasileiras emitidas são de origem das normas internacionais editadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. (CARLIN; HOOG, 2011)

De acordo com Shimamoto e Reis (2010) o processo de convergência teve seu marco legal com o advento da Lei nº 11.638/07, que determinou a adoção dos padrões internacionais de contabilidade na legislação brasileira. Cita também que a alteração das normas contábeis brasileiras com a adoção dos padrões do IASB, deu-se início a convergência. As normas brasileiras de contabilidade são editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dividem-se em normas profissionais e técnicas.

O CPC 12 destaca os requisitos básicos quanto a apuração do Ajuste a Valor Presente dos elementos do ativo e passivo, seus critérios de implementação e sua mensuração. O mesmo foi instituído pela Lei nº 11.638/07 e é utilizado pelas empresas para identificar o valor de um ativo ou passivo nas operações de longo ou curto prazo, de acordo com as taxas de desconto, o valor do fluxo futuro e a data em que esse fluxo ocorrerá. (CPC 12).

Atualmente, as empresas listadas na Bolsa de Valores devem demonstrar nas suas demonstrações financeiras a situação econômico-financeira real da entidade de forma transparente, sendo que tais empresas possuem um maior nível de exigência quanto à evidenciação das suas informações contábeis.

Diante do exposto, tem-se a seguinte questão problema: Como o Ajuste a Valor Presente é apresentado pelas empresas listadas na Bolsa de Valores atuantes no setor de bens industriais?

Como objetivo geral, tem-se a seguinte questão: Avaliar como o Ajuste a Valor presente é apresentado pelas empresas listadas na Bolsa de Valores atuantes no setor de bens industriais. Para atingir o objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar quais empresas pertencem ao setor de bens industriais; b) Analisar as empresas que apresentaram em suas demonstrações o Ajuste a Valor Presente; c) Realizar comparativo das empresas que calcularam o Ajuste a Valor Presente de acordo com os segmentos de listagem.

Como justificativa para a pesquisa, destaca-se que com o padrão das normas contábeis internacionais IFRS, o Brasil sofreu um processo de convergência contábil para se adequar as normas internacionais, conseqüentemente, os profissionais da área contábil e as empresas foram submetidos a adaptar sua contabilidade a estas novas regras. Diante do exposto, o presente estudo aborda uma das mudanças que ocorreram no processo de convergência do Brasil para com as normas internacionais, o método de Ajuste a Valor Presente - CPC 12. O tema é considerado bastante relevante e de interesse para os profissionais da área contábil, pois devem adequar sua contabilidade as normas brasileiras. O estudo pode ainda



beneficiar os estudantes para um melhor entendimento do assunto proposto, visto que se trata de uma análise nas empresas listadas na bolsa de valores.

O texto está assim estruturado: na primeira seção é encontrada a introdução, na segunda apresenta-se a fundamentação teórica, abordando sobre as normas brasileiras, normas internacionais e detalhado o assunto do Ajuste a Valor Presente. A terceira seção mostrará os procedimentos metodológicos da pesquisa, e por fim, na quarta seção trata-se das análises e resultados alcançados e também as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

A Contabilidade Societária é um segmento da Contabilidade Geral aplicada a estudar as Leis relativas à constituição das sociedades, o que pode ser considerado a parte “burocrática” da abertura de uma empresa. A Contabilidade Societária trata-se de uma nomenclatura utilizada para estudar as particularidades da legislação societária contidas no Código Civil e na Lei das Sociedades por Ações. (CORDEIRO; ARAUJO; PINTO, 2017).

Para Cintra, Soares e Smith (2014, p.3):

A legislação societária é aquela que traz preceitos para a contabilização dos atos e fatos ocorridos no dia a dia das empresas, de forma que as informações elaboradas representem fielmente a situação econômica e financeira delas, não permitindo que certos fatores alterem sua realidade.

A legislação societária desempenha um estudo através das normas e leis como forma de realizar a contabilização dos atos e fatos ocorridos nas empresas, fazendo com que as informações elaboradas retratem a situação real da entidade.

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (s.d. pág. 1) a legislação societária “é o conjunto de normas ou leis que versam sobre a constituição, legalização, estruturação, funcionamento, contabilização, reorganização, dissolução, liquidação e extinção das sociedades em geral”.

Algumas das leis que servem para o estudo da legislação societária é a Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, no qual a partir desta Lei foram elaboradas premissas da contabilidade para as empresas, tornando-se um marco para a contabilidade no Brasil. Está Lei demonstra vários aspectos desde a constituição, funcionamento e operacionalização, como também informações contábeis, como classificação de ativos e elaboração de demonstrativos. (CORDEIRO; ARAUJO; PINTO, 2017)

A partir desta Lei, as empresas foram se adequando aos princípios da contabilidade e realizando suas operações com base na legislação societária, porém ainda havia muita influência da legislação fiscal, impedindo que os conceitos da legislação societária fossem aplicados totalmente. (CINTRA; SOARES; SMITH, 2014)

No ano de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.638 que alterou a Lei nº 6.404/76, que obrigou as companhias nacionais, a adequarem suas demonstrações financeiras às normas internacionais. (CARLIN; HOOG, 2011) Através disso, o processo de convergência no Brasil fez com que o Comitê de Pronunciamentos



Contábeis (CPC) promovesse a criação de normas e regras por meio de Pronunciamentos Contábeis, chamados CPCs. (CARLIN; HOOG, 2011)

## 2.2 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O principal intuito das normas internacionais de contabilidade é diminuir a desigualdade entre os procedimentos e as normas contábeis adotados nos outros países, para que assim aumente a transparência e a confiabilidade das demonstrações financeiras. (AZEVEDO, 2010)

Carlin e Hoog (2011, pág. 31) ressaltam que “Todas as normas emitidas pelo CFC estão totalmente convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.”

De acordo com Niyama e Silva (2013), o Brasil adotou as normas internacionais oficialmente a partir da alteração na Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07. O IASB emitiu a IFRS I – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* que tem como objetivo regular as empresas que estão obrigadas a aplicar integralmente as normas internacionais pela primeira vez. Assim, a empresa deverá demonstrar a sua primeira demonstração financeira de acordo com o IFRS e contendo informações verdadeiras e relevantes para os usuários. (CARLIN; HOOG, 2011). Já para o Brasil, foi emitido o CPC 37, aplicado a todas as empresas obrigadas por seus órgãos reguladores à emissão das suas demonstrações contábeis com base nas normas internacionais de contabilidade a partir de 2010. (CARLIN; HOOG, 2011).

Em 1973 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais IASC (*International Accounting Standards Committee*), instituído pelos organismos profissionais de contabilidade de 10 países, sendo eles, Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, México, Países baixos e Reino Unido. O IASC possui objetivo de implementar e divulgar normas contábeis padronizadas que possam ser aceitas internacionalmente. (AZEVEDO, 2010).

Em 1º de abril de 2001, o IASC passou a ser chamado de IASB – *International Accounting Standards Board*, órgão independente do setor privado, no qual busca a padronização das normas contábeis internacionais para todos os países da ONU. (NIYAMA; SILVA, 2013). De acordo com o Niyama e Silva (2013, pág. 37) o IASB tem como objetivo:

desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis e exequíveis, que exigem informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas.

O IASB possui sede em Londres, Reino Unido, é formado por um conselho de membros de mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, inclusive o Brasil, representado pelo IBRACON e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (NIYAMA; SILVA, 2013)

Através desta alteração, de acordo com Azevedo (2010, pág. 104) “a criação do IASB teve objetivo de melhorar a estrutura técnica de formulação e validação dos novos pronunciamentos internacionais a serem emitidas pelo IASB



com o novo nome de pronunciamentos IFRS (*International Financial Reporting Standards*).” O novo nome escolhido demonstra o desejo do comitê de transformar os pronunciamentos antigos aos novos padrões internacionais, a fim de atender as expectativas dos usuários das demonstrações financeiras. (AZEVEDO, 2010) Todas as normas são publicadas em uma única língua, inglês, porém a União Europeia elaborou a tradução em outras línguas, como o Português e o Espanhol, mas as traduções não são oficiais. (AZEVEDO, 2010)

Niyama e Silva (2013) relatam que as Normas Internacionais de Contabilidade são editadas desde 1975 e tem como objetivo reduzir as diferenças entre os procedimentos e as normas contábeis nos diversos países, além de trazer um padrão internacional e a harmonização com o FASB.

O FASB (*Financial Accounting Standards Board*) foi criado em 1973, possui sede nos Estados Unidos, e fundado com o intuito de padronizar os procedimentos de contabilidade financeira de empresas. O FASB é um órgão autorizado e reconhecido pelo SEC (*Securities and Exchange Commission*) e foi nomeado como responsável pela padronização contábil das companhias americanas. (AZEVEDO, 2010)

A missão do FASB é “[...] estabelecer e melhorar os padrões de contabilidade e relatórios financeiros para fornecer informações úteis aos investidores e outros usuários de relatórios financeiros e educar as partes interessadas sobre como melhor compreender e implementar esses padrões” (FASB, 2013)

### 2.2.1 Convergência Contábil

O processo de convergência no Brasil teve início com a Lei nº 6.404/76 Lei das Sociedades por Ações, promovidas pelas leis nº 11.638/07 e 11.941/09. O principal órgão que busca padronizar a informação contábil no mundo é o IASB, que tem como objetivo desenvolver práticas contábeis, princípios em um conjunto único de pronunciamentos contábeis de alta qualidade, compreensíveis. (FREIRE *et. al.*,2012)

A partir das leis nº 11.638/07 e 11.941/09 o Brasil começou a fazer parte desta convergência, a nova legislação determinou que a CVM – Comissão de Valores Imobiliários adotasse a normatização contábil de acordo com os padrões internacionais. (FREIRE *et. al.*,2012) O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, foi o principal condutor de normas contábeis no Brasil, sendo ele o direcionador para a total convergência contábil no país. (FREIRE *et. al.*,2012)

O processo de convergência teve seu ápice no ano de 2010, no qual as companhias de capital aberto foram obrigadas a adotar as normas internacionais de contabilidade de forma completa. (FREIRE *et. al.*,2012). Freire *et. al.* (2012, pág. 4) destaca que “nem todo processo de harmonização ou convergência é infalível, em face da existência de peculiaridades entre os países participantes deste processo. “

A harmonização possibilita a associação das normas e práticas entre os países, buscando conservar as particularidades existentes de cada um, e melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas. (FREIRE *et. al.*,2012) Para a convergência das normas contábeis é necessário o empenhamento dos organismos internacionais e nacionais com objetivo em eliminar as diferenças dos diversos países. (MUNDO, 2013)



As mudanças ocorridas nas normas internacionais fizeram com que a convergência contábil no Brasil fosse realizada, sendo assim, fez-se necessário a implantação de pronunciamentos, regras e normas por parte dos órgãos reguladores para suprir a necessidade dessa mudança.

### 2.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

As Normas Brasileiras de Contabilidade são editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e emitidas através de CPCs, por meio da Resolução CFC nº 1.374/11, a qual dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. (CFC)

A Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade está regulamentada na Resolução CFC nº. 1.328/11, no documento é demonstrado todas as alterações, inclusões e exclusões das normas vigentes. (CFC)

As Normas Brasileiras de Contabilidade dividem-se em Profissionais e Técnicas, as profissionais são regras de procedimentos que o profissional contábil deve seguir, já as técnicas são conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos para a realização de trabalhos que estão nas resoluções emitidas pelo CFC. (CFC)

Com o advento da Lei nº 11.638/07 e o processo de convergência das normas brasileiras para aderir às normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB, o CPC emitiu o CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro no Brasil. (GELBCKE *et. al.*, 2018)

De acordo com o CPC 00 (R2), o objetivo da Estrutura Conceitual é:

- (a) auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- (b) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e
- (c) auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos. (CPC 00)

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a situação financeira e patrimonial de uma entidade e destaca o desempenho organizacional e as mudanças ocorridas na posição financeira da empresa, que sejam úteis aos usuários internos e usuários externos. (CARLIN; HOOG, 2011) Diante disso as demonstrações contábeis são relevantes para a tomada de decisão, pois de acordo com Carlin e Hoog (2011, pág 49), “elas retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não incluem, necessariamente, informações não financeiras.”

Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009) relatam que o objetivo das demonstrações contábeis é possibilitar informações relevantes para auxiliar na tomada de decisão dos seus responsáveis, evidenciando a situação econômico-financeira da entidade e seus resultados. Para isso, Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009, pág. 79) evidenciam que “As demonstrações devem procurar atender às necessidades comuns da maior parte dos indivíduos que as utilizam, evitando privilegiar algum grupo.”



No Quadro 1 a seguir é demonstrado a obrigatoriedade de elaborar as demonstrações contábeis com base na legislação societária (Lei nº 6.404/76), pelas normas brasileiras e pelas normas internacionais:

**Quadro 1 - Demonstrações Contábeis**

	<b>Legislação Societária</b>	<b>Normas Brasileiras pela CVM</b>	<b>Normas Internacionais</b>
<b>Balanco Patrimonial (BP)</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Demonstração de Lucro e Prejuízo Acumulados (DLPA)</b>	<b>X</b>		
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)</b>		<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Demonstração do Valor Adicionado (DVA)</b>		<b>X</b>	
<b>Notas Explicativas (NE's)</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>

Fonte: Adaptado por SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES (2006).

Pode-se observar que o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas (NEs) são demonstrações obrigatórias tanto nas normas brasileiras pela CVM, nas normas internacionais e também pela legislação societária. Pois são demonstrativos que representam e detalham a situação patrimonial e financeira da empresa.

## 2.4 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Com o crescimento constante das normas de contabilidade ao padrão IFRS por diversos países, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis pela Resolução nº 1.055/05, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a partir da união de esforços e concordância de objetivos de algumas entidades parceiras citadas no Quadro 2: (CPC, 2005)

**Quadro 2 – Entidades Parceiras CVM**

<b>Siglas</b>	<b>Descrição</b>
ABRASC	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&FBOVESPA	B3 Brasil Bolsa Balcão
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
Entidades representativas de investidores do mercado de capitais	

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as necessidades dessa unificação ocorreram devido a:



**Convergência internacional** das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);

**Centralização** na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);

**Representação e processos democráticos** na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo). (CPC, 2005).

Na Resolução CFC nº 1.055/05, art. 4º, inciso 1º afirma que o CPC poderá emitir Orientações e Interpretações, além de Pronunciamentos Técnicos em concordância com as Normas Brasileiras de Contabilidade e pelo CFC. Conforme a Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) tem como objetivo estudar, preparar e emitir os pronunciamentos técnicos de contabilidade, suas orientações e interpretações para facilitar o andamento de sua produção, considerando sempre as Normas Brasileiras aos padrões Internacionais de Contabilidade. (CPC, 2005)

Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009, pág. 77), informam que “a criação do CPC está intimamente ligada ao processo de convergência de normas contábeis no mundo”. O CPC atua como protagonista na tradução e adaptação das normas brasileiras para as normas internacionais.

Para que o CPC crie algum pronunciamento é realizado um estudo das normas internacionais atualmente divulgadas, são traduzidas e caso tenha alguma divergência com as leis brasileiras, as mesmas são adequadas às internacionais. Após, é realizada uma audiência pública com as normas para poder avalia-las e sugerir melhorias. Em seguida os membros do CPC avaliam as sugestões provenientes das audiências públicas encerradas e se reúnem para elaborar o 'Relatório de Audiência Pública', com as sugestões aceitas e não aceitas, como também o motivo delas. No final os documentos aprovados e emitidos pelo CFC e os órgãos reguladores avaliam sua aprovação. (CPC, 2005)

## 2.5 AJUSTE A VALOR PRESENTE

O método Ajuste a Valor Presente está evidenciado no CPC 12, a mensuração do ajuste foi implementado pela Lei nº 11.638/07, por meio do seu art. 183, inciso VIII, o qual considera que “os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.” (Brasil, 2009) Foi introduzido na Lei, o desconto a valor presente para o contas a receber e a pagar de longo prazo, e dependendo da situação, para as contas de curto prazo, caso sejam relevantes. (GELBCKE *et. al*, 2018).

O CPC 12 está previsto na Resolução CFC nº 1.151/09, onde é demonstrado a evidenciação e os requisitos básicos quanto ao método Ajuste a Valor Presente dos elementos do ativo e passivo, seus critérios de implementação e sua mensuração. (Resolução nº 1.151 CFC, 2009)

O Ajuste a Valor Presente é um método utilizado pelas empresas para identificar o valor futuro de um ativo ou um passivo nas operações de longo ou curto prazo, caso seja relevante deverá ser ajustado a valor presente de acordo com as



taxas de desconto, o valor do fluxo futuro e a data em que esse fluxo ocorrerá. (CPC 12, 2008)

O método Ajuste a Valor Presente deve ser aplicado no reconhecimento inicial de ativos e passivos, e deve ser realizado em base exponencial *pro rata*, a partir da origem da data da transação. A conta utilizada deverá ser retificadora (juros a apropriar ou encargos/receitas financeiras a transcorrer) para que não se percam os valores originais. (GELBCKE *et al.*, 2018)

Através desse critério, têm-se um novo método de tratar as operações que são a vista e a prazo, o Ajuste a Valor Presente irá determinar o valor das parcelas de ativo e passivo que não correspondem ao valor da operação, mas sim o valor do ajuste do dinheiro em um determinado tempo. Com isso, as empresas irão realizar as transações com base no tratamento contábil do mercado, para então obter resultado financeiro. (GELBCKE *et al.*, 2018)

Para determinação do valor presente, Gelbcke *et al.* (2018) detalha que são necessárias três informações: (i) o valor do fluxo futuro; (ii) a data em que esse fluxo ocorrerá; e (iii) a taxa de desconto que deve ser utilizada.

Com o método ajuste a valor presente, as empresas possuem uma visão diferente das operações de curto e longo prazo, essa mudança traz um novo objetivo de determinar as parcelas de ativo e passivo que não correspondem ao valor verdadeiro da transação, mas sim o ajuste por conta do dinheiro no tempo. (GELBCKE *et al.*, 2018)

### 2.5.1 Valor presente x Valor justo

De acordo com o CPC 12 o ajuste a valor presente tem como objetivo avaliar o valor de ativos e passivos com base no tempo do dinheiro, taxa de desconto e valor do fluxo futuro. Este fluxo futuro pode ser representado por ativos ou passivos, para determinar qual o valor presente de uma determinada operação, são necessárias três informações: valor do fluxo futuro, taxa aplicada na operação e o período (data). (CPC 12, 2008)

O anexo do CPC 12 (2008), destaca que o “Valor presente (*present value*) - é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.”

O pronunciamento técnico CPC 12 (2008) destaca que o valor justo tem como objetivo demonstrar o valor de mercado de um determinado ativo ou passivo, e também demonstrar o possível valor de mercado por comparação a outros ativos e passivos que tenham o mesmo valor de mercado. O valor justo pode ainda ser mensurado com o valor que seria de mercado com base no ajuste a valor presente dos valores estimados futuros fluxos de caixa desses ativos ou passivos.

De acordo com o anexo do CPC 12, o conceito de valor justo (*fair value*) pode ser definido como sendo:

**Valor justo (*fair value*)** – é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.” (CPC 12, 2008, pág. 9)



O conceito de valor presente e valor justo não são sinônimos e não se tratam da mesma situação e devem ser tratados de forma distinta, porém em algumas circunstâncias podem assemelhar-se, mas não é uma regra.

### 2.5.2 Taxa de juros

O método de apropriação do ajuste a valor presente é com base na taxa efetiva de juros, sendo que a taxa aplicada não deve ser líquida de efeitos fiscais, mas antes dos impostos (CPC 12). De acordo com o CPC 12, é informado sobre como pode ser definido a taxa de juros,

Explícita - descrita e conhecida no contrato da operação;

Implícita - desconhecida, mas embutida na precificação inicial da operação pela entidade no ato da compra ou da venda.

Percebe-se que existem dois tipos de transações, uma em que a taxa é explícita e outra que é implícita. O anexo do CPC 12, detalha que:

Nos casos em que a taxa é explícita, o processo de avaliação passa por uma comparação entre a taxa de juros da operação e a taxa de juros de mercado, na data da origem da transação. Nos casos em que a taxa estiver implícita, é necessário estimar a taxa da transação, considerando as taxas de juros de mercado, conforme anteriormente mencionado. Mesmo nos casos em que as partes afirmem que os valores à vista e a prazo são os mesmos, o AVP deve ser calculado e, se relevante, registrado. Por definição, valor presente “é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro”. (CPC 12, 2008, pág. 11)

Caso a taxa indicada não seja relevante com a operação do negócio, deverá ser avaliada a natureza da situação, prazo e riscos da transação, e ainda se as taxas de mercado estão coerentes com as taxas aplicadas na operação naquela determinada data da transação. Caso a empresa desconheça, poderá avaliar outras empresas que realizam estas atividades e avaliar as taxas cobradas. (GELBCKE *et al.*, 2018)

### 2.5.3 Divulgação

De acordo com o CPC 12, o Ajuste a Valor Presente deverá ser informado em notas explicativas, destacando todas as informações para que o usuário das demonstrações contábeis possa ter entendimento e observar todas as mensurações aplicadas aos ativos e passivos.

Conforme CPC 12, item 33, destaca os critérios utilizados para divulgação, que são:

Descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado; (b) premissas utilizadas pela administração, taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (risk-free, risco de crédito, etc.), montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado, expectativas em termos de



montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas). (c) modelos utilizados para cálculo de riscos e *inputs* dos modelos; (d) breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração; (e) propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição e motivação da administração para levar a efeito tal procedimento; (f) outras informações consideradas relevantes. (CPC 12, 2008, pág. 8)

As notas explicativas, portanto, deverá compor as demonstrações contábeis da entidade, explanando os saldos apresentados e esclarecendo as informações relevantes e fazendo com que o usuário da informação entenda de uma forma simples o que aconteceu com a empresa, como também deverá detalhar a mensuração do ajuste a valor presente realizado nas contas de ativo e passivo.

## 2.6 BOLSA DE VALORES – B3

A Bolsa de Valores surgiu no ano de 2008, por intermédio da união das operações de Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa Holding e a Bolsa de Mercadorias e Futuros. (SOARES, 2012) Sendo atualmente umas das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo a B3 possui diversas atividades, desde a criação e administração de sistemas de negociação, compensação, liquidação, depósito e registro para todas as principais classes de ativos. (Bolsa de Valores, 2020)

É um modelo totalmente integrado que contribui para as operações de mercado de capitais de todo o país. Em seguida, no Quadro 3, é demonstrado os valores da B3:

Quadro 3 - Valores

<b>Valores da Bolsa de Valores</b>
Atitude correta para hoje, amanhã e sempre
Abertura e colaboração
Proximidade e satisfação do cliente
Solidez e credibilidade operacional
Ambiente para as pessoas se desenvolverem

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Devido ao avanço tecnológico atualmente os clientes realizam suas próprias negociações de forma *on-line*, compram e vendem sem a necessidade de um profissional da área. Porém no início, no ano de 2009 todas as operações da bolsa eram realizadas por meio da plataforma eletrônica de negociação, onde haviam pessoas que realizavam as operações por telefone no pregão de viva voz. (SOARES, 2012)

Atualmente o número de empresas listadas na Bolsa de Valores até junho de 2020 é de 423 empresas. Na Tabela 1, é demonstrado a participação em percentual (%) e a quantidade de empresas listadas nos segmentos de listagem:

Tabela 1 – Segmentos de listagem



<b>Mercado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Participação (%)</b>
Tradicional Bovespa	181	42,79%
Novo Mercado (NM)	143	33,81%
Balção Organizado Tradicional (MB)	30	7,09%
Nível 1 (N1)	26	6,15%
Nível 2 (N2)	21	4,96%
Bovespa Mais (MA)	15	3,55%
BDRs	5	1,18%
Bovespa Mais Nível 2 (M2)	2	47,00%
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado da Bolsa de Valores (2020).

Percebe-se que as empresas com segmento Tradicional destacam-se com 42,79% e 181 empresas listadas na Bolsa de Valores, em seguida o Novo Mercado com 143 empresas, com participação de 33,81% do total de todas as empresas.

A bolsa de valores pode ser definida como um ambiente onde são realizadas transações de compra e venda de valores mobiliários, representados por títulos de empresas privadas e instituições governamentais, as debêntures e as ações. (GOMES, 1997) Soares (2012) informa que “A bolsa de valores fornece um ambiente para que as empresas possam expandir seu capital e sua atividade, através da venda de ações ao público investidor.”

De um modo geral, a bolsa de valores caracteriza-se como um local onde os investidores emprestam recursos as empresas, por tempo médio e longo prazo, no qual são negociados títulos como Valores Mobiliários, dentre esses títulos incluem as ações e debêntures. As ações representam parte do capital social das empresas, e as debêntures os títulos de dívida dessas empresas. (PORTAL DO INVESTIDOR, 2012).

As empresas no qual fazem parte da bolsa de valores são diferenciadas por segmentos de listagem, com regras aplicadas a cada tipo de segmento. Os segmentos de listagem foram criados para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, atrair novos investidores e novas empresas, para isso era preciso ter segmentos adequados aos diferentes perfis de empresas. (Bolsa de Valores, 2020)

No Quadro 4 são demonstrados os tipos de segmentos e os requisitos básicos de cada um:

Quadro 4 – Segmentos de listagem

(continua)

<b>Segmentos</b>	<b>Requisitos</b>
<b>Nível 1 (N1)</b>	Neste nível é exigido que as empresas adotem práticas que favoreçam a transferência e o acesso às informações pelos investidores, devendo divulgar informações adicionais às exigidas em Lei, como relatórios financeiros mais completos e calendário anual de eventos corporativos. O percentual mínimo de ações em circulação deve ser mantido em 25%.



(conclusão)

<b>Segmentos</b>	<b>Requisitos</b>
<b>Nível 2 (N2)</b>	O nível 2 é um segmento especial de listagem que foi desenvolvido para proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse o interesse dos investidores e a valorização das empresas. É similar ao Novo Mercado, porém com algumas exceções, as empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). As ações preferenciais dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia.
<b>Novo Mercado (NM)</b>	Criado no ano 2000, o segmento Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que adotam as práticas de governança corporativa. As regras para esse segmento garantem mais direitos aos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle. As empresas nesse segmento podem emitir apenas ações com direito de voto, as ações ordinárias (ON). O novo mercado é um segmento que exige o mais elevado padrão de governança corporativa da bolsa.
<b>Bovespa Mais (MA)</b>	Este segmento é para empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual. Tem como objetivo estimular o crescimento de pequenas e médias empresas, permitindo que a companhia se prepare de forma gradual e adequada aos elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado. Possibilita a captação menores comparado ao Novo Mercado, mas suficientes para financiar o seu projeto de crescimento
<b>Bovespa Mais Nível 2 (M2)</b>	O segmento Bovespa Mais Nível 2 é semelhante ao Bovespa Mais, porém com algumas exceções, as empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). As ações preferenciais dão direito ao voto aos acionistas em situações críticas, como aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa.
<b>Balcão Organizado (MB)</b>	O Balcão Organizado é um segmento voltado mais para empresas que desejam entrar no mercado aos poucos, para companhias de menor porte e que sejam pouco conhecidas pelos investidores. É um segmento de negociação de ativos com regras específicas, diferentes das aplicáveis ao ambiente da bolsa. No mercado de Balcão Organizado existe um fundo de garantia com objetivo de assegurar os investidores o ressarcimento de prejuízos, entre as negociações.

Fonte: Adaptado pelo BM&FBOVESPA (2020)

Os segmentos de listagem proporcionaram benefícios as empresas, trazendo maior transparência para os investidores, maior liquidez de ações e melhora na imagem institucional da empresa. (SOARES, 2012)

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois os dados coletados da pesquisa serão analisados e interpretados a fim de avaliar o nível de evidenciamento do método do Ajuste a Valor Presente nas empresas listadas na Bolsa



de Valores. De acordo com Virgillito (2017) o método de pesquisa qualitativa é usado para identificar ou entender melhor um determinado assunto, e faz com que o pesquisador consiga entender os aspectos que pretende descobrir para realizar análises.

Quanto aos objetivos é feito uma análise descritiva, pois irá analisar o método do Ajuste a Valor Presente nas empresas da Bolsa de Valores, sem interferir na realidade das empresas pesquisadas. Appolinário (2011) ressalta que a pesquisa descritiva é uma pesquisa no qual o pesquisador limita-se aos dados coletados para descrever um fenômeno sem interferir na realidade da empresa e nas causas encontradas.

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento de dados, realizando análise das demonstrações financeiras das empresas listadas na Bolsa de Valores. Conforme Appolinário (2011) o levantamento de dados “constitui-se no tipo mais simples de pesquisa e basicamente consiste na coleta de dados seguida de uma descrição dos mesmos.”

### 3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados da pesquisa realizou-se um levantamento de dados nas empresas listadas na Bolsa de Valores, do setor de bens industriais, a fim de avaliar a evidenciação e aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 12 nas suas operações. Avaliando as demonstrações financeiras, identificamos que nas notas explicativas as empresas informaram se aplicaram ou não o método Ajuste a Valor Presente. De acordo com Appolinário (2011) a coleta de dados é realizada mediante um instrumento de pesquisa, para que seja necessário a execução da pesquisa por parte do pesquisador.

Em seguida, com as notas explicativas avaliadas, realizamos uma separação com as empresas que não realizaram o cálculo do AVP e excluímos as mesmas da pesquisa, foi avaliado os segmentos de listagem que cada empresa possui e realizado um levantamento dos ramos de atuação de todas as empresas pesquisadas. O método de separação utilizado foi via planilha Excel, por fim realizamos a análise do método AVP nas empresas por meio dos dados coletados e com base nisso, irá ser realizada a seção 4 deste trabalho.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 EMPRESAS PESQUISADAS

A pesquisa com as empresas da Bolsa de Valores foi realizada no mês de julho de 2020. As demonstrações financeiras analisadas são referentes ao exercício de 2019, pois em sua totalidade as empresas já estavam com suas demonstrações disponíveis. Das diversas empresas listadas, foi selecionado apenas o setor de atuação de Bens Industriais e segmentos de empresas do ramo, conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Segmentos Empresas



Segmentos Empresas
Material de transporte
Construções pesadas
Engenharia consultiva
Produtos para construção
Armas e munições
Máquinas equipamentos construções agrícolas
Máquinas equipamentos industriais
Motores, compressores e outros
Material aeronáutico e de defesa
Material rodoviário
Exploração de rodovias

Fonte: Adaptado da Bolsa de Valores (2020).

Dentre o setor de atuação de Bens Industriais, há empresas do setor de serviços e transportes, porém as mesmas foram excluídas da pesquisa, visto que não foi relevante as suas demonstrações para a pesquisa realizada

No total, foram 45 empresas pesquisadas, dentre os ramos informados no Quadro 5, na Tabela 2 é demonstrado as empresas por ramo de atividade:

Tabela 2 – Ramos de atuação por participação

Setor	Quant.	Partic. (%)
Exploração de rodovias	15	33,33%
Máquinas equipamentos industriais	8	17,78%
Material rodoviário	7	15,56%
Material de transporte	3	6,67%
Produtos para construção	3	6,67%
Engenharia consultiva	2	4,44%
Máquinas equipamentos construções agrícolas	2	4,44%
Motores, compressores e outros	2	4,44%
Construções pesadas	1	2,22%
Armas e munições	1	2,22%
Material aeronáutico e de defesa	1	2,22%
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

De acordo com a Tabela 2, o ramo de exploração de rodovias possui a maior quantidade de empresas pesquisadas, seguindo por máquinas e equipamentos industriais e empresas do ramo de material rodoviário.

As empresas analisadas compõem o segmento Nível 1, Nível 2, Novo Mercado, Balcão Organizado, Bovespa Mais e Tradicionais - Bovespa, na pesquisa não foi utilizado critério de avaliação dos segmentos, todas as empresas pesquisadas possuem segmentos diversos e distintos.

Na Tabela 3 tem-se a composição do quadro de empresas estudadas por segmento.



Tabela 3 – Total de empresas

Segmento	Empresas pesquisadas	
Tradicional	28	62,22%
Novo Mercado	0	22,22%
Nível 1	2	4,44%
Nível 2	2	4,44%
Bovespa Mais	2	4,44%
Balcão Organizado	1	2,22%
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Pode-se observar que grande parte das empresas pesquisadas são do segmento Tradicional – Bovespa com 62,22%, seguindo do Novo Mercado com 22,22%.

#### 4.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Analisando as demonstrações financeiras das empresas foi observado as notas explicativas, onde constam as informações da realização e mensuração do Ajuste a Valor Presente. As demonstrações encontram-se disponibilizadas no site da Bolsa de Valores.

Para realização da pesquisa, foram coletadas e analisadas as notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, onde todas as empresas pesquisadas haviam disponibilizados suas demonstrações financeiras neste período. Com o objetivo de verificar o nível de evidenciação da realização do Ajuste a Valor Presente, abordado pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, das empresas pesquisadas.

Durante a análise, procurou-se observar nas notas explicativas das empresas pesquisadas se as mesmas apresentam informações, tais como: se as empresas evidenciam que realizam a avaliação do método Ajuste a Valor Presente e qual segmento representou mais a evidenciação do método. Ao final pretende-se efetuar um comparativo com todas as empresas entre os segmentos de listagem Novo Mercado, Nível 1, Nível 2, Bovespa Mais, Balcão Organizado e Tradicionais Bovespa.

A partir das 45 empresas analisadas, constatou-se que 31 das organizações pesquisadas apresentaram em suas demonstrações financeiras (notas explicativas) a evidenciação do método Ajuste a Valor Presente em alguma conta de seu balanço. As demais empresas analisadas, sendo 14 organizações, não constataram nota de Ajuste a Valor Presente, ou indicaram que no exercício de 2019 não foi considerado relevante a aplicação do método em suas demonstrações devido ao curto prazo de recebimento/pagamento de suas operações.

No Quadro 6, é demonstrada a relação das empresas que não constataram o cálculo do Ajuste a Valor Presente e o motivo da exclusão:

Quadro 6 – Empresas excluídas

(continua)

EMPRESAS	MOTIVO EXCLUSÃO
Haga S.A. Industria E Comercio	EFEITOS IRRELEVANTES

EMPRESAS	MOTIVO EXCLUSÃO
METALURGICA RIOSULENSE S.A.	EFEITOS IRRELEVANTES
SCHULZ S.A.	
TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.	
WETZEL S.A.	
WLM PART. E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A	
AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.	
NORDON INDS METALURGICAS SA	Não foi evidenciado
Prática Klimaquip Indústria e Comércio S.A.	
RECRUSUL S.A.	
RODOVIAS DAS COLINAS S.A.	
TUPY S.A.	
METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.	
TAURUS ARMAS S.A.	Operações curto prazo

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Com a exclusão das 14 empresas, a pesquisa diminuiu 31% em relação ao total das empresas analisadas, sendo assim na Tabela 4 detalha as empresas excluídas por segmento:

Tabela 4 – Total demonstrações

	Novo Mercado	Nível 1	Nível 2	Bovespa Mais	Balcão Organizado	Tradicional	Total geral
<b>Empresas analisadas</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>28</b>	<b>45</b>
Efeitos irrelevantes	0	0	0	0	0	6	6
Não foi evidenciado	1	0	0	1	0	4	6
Operações curto prazo	0	0	1	0	0	1	2
<b>Empresas pesquisadas</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>31</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que o segmento que representou maior destaque foi o Tradicional, eliminando 11 empresas do total de 28 demonstrações analisadas. Verifica-se que 6 empresas constataram em suas notas explicativas a mensuração do Ajuste a Valor Presente como efeitos irrelevantes, devido a empresa não ter realizado operações em que fosse considerado necessário o cálculo.

Apenas 6 empresas não evidenciaram o cálculo do ajuste, em suas demonstrações não foi encontrado indícios da mensuração ou o motivo da não apresentação dos dados. Por fim, 2 empresas informaram que as operações realizadas no exercício de 2019 foram em curto prazo, assim, o cálculo do AVP foi desnecessário.

No Quadro 7 será demonstrado as 31 empresas analisadas que evidenciaram nas notas explicativas o método Ajuste a Valor Presente por segmento:

Quadro 7 – Empresas evidenciadas



<b>EMPRESAS EVIDENCIADAS</b>	<b>Segmento</b>
BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS	Tradicional
BATTISTELLA ADM PARTICIPACOES S.A.	Tradicional
CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	Tradicional
CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	Tradicional
CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.- ECOPISTAS	Tradicional
CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	Tradicional
CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A	Tradicional
CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.	Tradicional
CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN	Tradicional
ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	Tradicional
ELECTRO ACO ALTONA S.A.	Tradicional
EMPR. CONCESS. DE RODOVIAS DO NORTE S.A.	Tradicional
INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇOES	Tradicional
KEPLER WEBER S.A.	Tradicional
MINASMAQUINAS S.A	Tradicional
SONDOTECNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.	Tradicional
TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.	Tradicional
CCR S.A.	NM
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	NM
EMBRAER S.A.	NM
ETERNIT S.A	NM
INDUSTRIAS ROMI S.A.	NM
METALFRIO SOLUTIONS S.A.	NM
PBG S/A	NM
TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	NM
WEG S.A.	NM
CONCESSIONARIA RIO-TERESOPOLIS SA	MB
FRAS-LE S.A.	N1
RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	N1
MARCOPOLO S.A.	N2
STARA S.A. - INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	MA

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Na Tabela 5, é detalhado as empresas por ramo de atividade e segmento de listagem que calcularam o método do AVP:

Tabela 5 – Ramo de atuação por segmento

(continua)

Ramo	Segmento						
	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Bovespa Mais	Balcão Organizado	Tradicional	Total geral
Material de transporte						2	2

Ramo	Segmento						
Engenharia consultiva						1	1
Produtos para construção			2				2
Máquinas equip. construções agrícolas				1			1
Máquinas equip. industriais			2			4	6
Motores, compressores e outros			1				1
Material aeronáutico e de defesa			1				1
Material rodoviário	2	1					3
Exploração de rodovias			3		1	10	14
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>31</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Constatou-se que o ramo de exploração de rodovias possui a maior quantidade de empresas que evidenciaram o método Ajuste a Valor Presente nas notas explicativas, com total de 14 empresas. O segmento que se destacou mais foi o Tradicional com maior índice de empresas, um total de 17, em seguida o Novo Mercado com total de 9 empresas. Os demais ramos mencionados na Tabela 2 não foram demonstrados na Tabela 5, pois as empresas não evidenciaram o cálculo do AVP em suas demonstrações.

Para melhor entendimento das empresas que destacaram o método em suas demonstrações, na Tabela 6 é informado o percentual relativo a cada segmento de listagem:

Tabela 6 – Empresas por segmento

Segmento	Quant.	Part. (%)
Tradicional	17	54,84%
Novo Mercado	9	29,03%
Nível 1	2	6,45
Nível 2	1	3,23%
Balcão Organizado	1	3,23%
Bovespa Mais	1	3,23%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Analisando as informações da tabela acima demonstra-se que o segmento Tradicional possui 54,84% de evidenciação do método Ajuste a Valor Presente, com total de 17 empresas, em seguida o Novo Mercado com 29,03% do total de demonstrações, com 9 empresas. O Nível 1 destaca-se com 6,45% e 2 empresas e por fim Bovespa Mais e Balcão Organizado com 3,23% de evidenciação e 1 empresa para cada segmento.

Por fim, com base nas informações coletadas, foi possível identificar que grande parte das empresas pesquisadas do setor de bens industriais evidenciaram em suas demonstrações financeiras a aplicação do Ajuste a Valor Presente.



Avaliando os resultados obtidos, verifica-se que o segmento tradicional trouxe maior evidência do método do AVP pelas empresas pesquisadas, no total foram 17 somente neste segmento. Dentro os ramos de atuação, o que mais destacou-se foi de exploração de rodovias, com total de 14 empresas pesquisadas.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e pesquisa realizada foi desenvolvida para identificar o nível de evidenciação das empresas listadas na Bolsa de Valores, da aplicação do Ajuste a Valor Presente nas suas demonstrações financeiras. De acordo com a Lei nº 11.638/07 o método passou a ser utilizado pelas empresas para identificar o valor futuro de um ativo ou um passivo nas operações de longo ou curto prazo. Com isso, as empresas listadas na bolsa de valores passaram a detalhar nas suas notas explicativas a mensuração do Ajuste a Valor Presente, caso seja aplicável a empresa.

Considerando o problema de pesquisa, o objetivo geral proposto foi atingido, sendo ele avaliar como o Ajuste a Valor presente é apresentado pelas empresas listadas na Bolsa de Valores atuantes no setor de bens industriais. Com o auxílio das demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas na bolsa de valores, foi possível identificar nas notas explicativas se o método do AVP está sendo evidenciado ou não. O período utilizado para o estudo foi no exercício findo de 31 de dezembro de 2019. As empresas pesquisadas pertencem ao setor de atuação de bens industriais, dentro deste ramo possui vários tipos de segmentos diferentes, para realização da pesquisa foi desconsiderado apenas os segmentos de serviços e transporte.

Deste modo, os objetivos específicos foram atingidos, sendo o primeiro identificar quais empresas pertencem ao setor de bens industriais, para isso, foi utilizado o site da Bolsa de Valores e selecionada apenas empresas deste ramo, exceto do setor de serviços e transporte. O segundo objetivo abordado é analisar as empresas que apresentaram em suas demonstrações o Ajuste a Valor Presente. Para isso, verificou-se as notas explicativas do exercício findo de 31 de dezembro de 2019 e em uma planilha Excel foi separado as empresas que não calcularam o ajuste e que calcularam. No total, foram 45 empresas pesquisadas, sendo que 31 delas destacaram nas notas explicativas que realizaram alguma operação que utilizaram o método do AVP.

Por fim, o terceiro objetivo proposto consiste em realizar um comparativo das empresas que calcularam o Ajuste a Valor Presente de acordo com os segmentos de listagem dentre eles o Nível 1, Nível 2, Novo Mercado, Bovespa Mais, Balcão organizado e Tradicional Bovespa. A análise realizada identificou qual dos tipos de segmentos pertencem a cada empresa, desta forma na planilha Excel foi separado as organizações que realizaram o cálculo do AVP e informado a qual segmento pertence.

Com base nos dados pesquisados, constatou-se que o segmento que mais evidenciou o método do AVP nas notas explicativas foi o Tradicional Bovespa, com 54,84% de evidenciação. O segmento Tradicional Bovespa é o que mais destaca-se entre as empresas listadas na bolsa de valores, com total de 181 empresas. O segmento Novo Mercado apresentou 9 empresas que destacaram o Ajuste a Valor Presente, com 29,03% de evidenciação, em seguida o Nível 1 com 2 empresas e 6,45% de evidenciação.

O setor de atuação que apresentou maior índice de divulgação do Ajuste a Valor Presente nas demonstrações financeiras foi o de exploração de rodovias, com total de 14 empresas somente neste ramo, seguindo por máquinas e equipamentos industriais com 6 empresas.

Por fim, grande parte das empresas destacaram que utilizaram o Ajuste a Valor Presente em alguma operação no exercício de 2019, como as empresas listadas na bolsa devem divulgar suas demonstrações financeiras periodicamente as



informações divulgadas devem ser transparente e evidentes para que os usuários da informação contábil possuam uma informação verdadeira, de acordo com a realidade das empresas.

Na realização da análise de dados uma das limitações identificadas foi encontrar uma empresa para avaliar o método Ajuste a Valor Presente, devido a relevância do assunto, não identificamos interesse por parte das empresas na aplicação da pesquisa. Desta forma optamos por uma pesquisa nas empresas listadas na Bolsa de Valores, devido que suas demonstrações estão disponíveis para análise.

Como sugestões para pesquisas futuras propõe-se, a análise da aplicação do método Ajuste a Valor Presente nas empresas localizadas em Santa Catarina a fim de avaliar o nível de evidenciação do método. Realizar análise e cálculo do método AVP em uma única empresa para verificar o impacto causado nas demonstrações contábeis.



## REFERÊNCIAS

**A BOLSA DE VALORES BRASILEIRA COMO FONTE DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS.** Belo Horizonte: Perspect. Cienc. Inf., v. 2, n. 2, 1997.

ANTUNES, Jerônimo; ANTUNES, Guilherme MB; PENTEADO, Isis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. **Seminários em Administração**, v. 10, 2007.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica** um guia para a produção do conhecimento científico. 2. São Paulo Atlas 2011 1 recurso online ISBN 9788522466153.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras:** (sociedades anônimas - sociedade de grande porte (Ltda e S/A) - Contabilidade para PMEs - RTT/FCONT/e-Lalur - Normas CFC + CPC - Leis nº 6.404/1976, 11.638/2007 e 11.941/2009 - Exemplos práticos. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: IOB, 2008. 702p. ISBN 9788537907320 (broch.).

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras:** (sociedades anônimas - sociedade de grande porte (Ltda e S/A) - Contabilidade para PMEs - RTT/FCONT/e-Lalur - Normas CFC + CPC - Leis nº 6.404/1976, 11.638/2007 e 11.941/2009 - Exemplos práticos. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: IOB, 2008. 702p. ISBN 9788537907320 (broch.).

BRASIL. **Lei nº. 6.404/76.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm). Acesso em: 10. Abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.638/07.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm). Acesso em: 10. Abr. 2020

BRASIL. **Lei nº. 11.941/09.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm). Acesso em 10.abr 2020

CARLIN, Everson Luiz Breda; HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Normas nacionais e internacionais de contabilidade:** comentadas de forma resumida e comparadas com os CPCs e IFRs : de acordo com as leis 11.638/07 e 11.941/09. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2011. 552 p. ISBN 9788536231709 (enc.).



CINTRA, João Paulo Freitas; SOARES, Rafaela Pimenta; SMITH, Marinês Santana Justo. **Legislação fiscal vs Societária**: um estudo do imobilizado. 2014. Disponível em: [periodicos.unifacef.com.br/index.php/dialogoscont/article/download/1229/898](http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/dialogoscont/article/download/1229/898). Acesso em: 11 jul. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 00 (R2)**: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília, 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12**: Ajuste a Valor Presente. Brasília, 2008. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219\\_CPC\\_12.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

**CONHEÇA O CPC**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-EC>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **RESOLUÇÃO N° 1.151**: Resolução nº 1.151. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1151\\_2009.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1151_2009.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ. **Legislação Societária**. S.d. Disponível em: [http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/download/APOSTILA\\_LEG\\_SOCIETARIA.pdf](http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/download/APOSTILA_LEG_SOCIETARIA.pdf). Acesso em: 11 jul. 2020.

CORDEIRO, Flavia de Freitas; ARAUJO, Joyce Silva; PINTO, Eduardo da Costa. **IMPACTOS DA LEI 11.638/07 E 11.941/09 NA CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**. 2017. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Aldete Maria Alves, Iturama, Mg, 2017. Disponível em: <http://ds.facfama.edu.br/xmlui/bitstream/handle/1/252/IMPACTOS%20DA%20LEI%2011.638-07%20E%2011.941-09%20NA%20CONTABILIDADE%20SOCIET%C3%81RIA.doc?sequence=1>. Acesso em: 11 jul. 2020.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2, 2012.

CRUVINEL, Daniel Pereira; DE LIMA, Diana Vaz. Adoção do regime de competência no setor público brasileiro sob a perspectiva das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em contabilidade**, v. 5, n. 3, p. 69-85, 2011.

DE AMORIM, Dênia Aparecida; MARQUES, Alessandra Vieira Cunha. O Estágio da Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor



Público na Administração Direta do Município de Monte Carmelo–MG. **RAGC**, v. 7, n. 28, 2019.

FREIRE, Mac Daves de Moraes; MACHADO, Michele Rilany Rodrigues; MACHADO, Lúcio Souza; SOUZA, Emerson Santana; OLIVEIRA, Johnny Jorge de. Aderências às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de contabilidade e organizações*, Goiânia, v. 6, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rco/article/download/52654/56538/>. Acesso em: 11 de junho de 2020.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB. **Facts about FASB**. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1176154526495>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GELBCKE, Ernesto Rubens et al. (). **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 844 p. ISBN 9788597016000 (enc.).

GONÇALVES, João Constantino et al. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, p. 25-43, 2014.

GOMES, Fátima Rocha. A Bolsa de Valores brasileira como fonte de informações financeiras. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 2, n. 2, 1997.

MARTINS, Eliseu; et al. () FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. xxxi, 888 p. ISBN 9788522477173.

MARTINS, Michele Pâmela Galle; DA SILVEIRA SCHERER, Oscar Luiz. **APLICAÇÃO DA NBC TG 28 (R4)–PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO NO CONTEXTO DAS NBCs (NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE)**. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, v. 8, n. 1, p. 31-56, 2019.

MUNDO, Cristiane Lopes Savi. **CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS AO PADRÃO INTERNACIONAL COM ÊNFASE NA ITG 1000: UMA PESQUISA DE CAMPO SOBRE A ADAPTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS NA REGIÃO DA AMREC**. 2013. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

**NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 14 de out. de 2019

NETO, João Estevão Barbosa.; et al. **Impacto da Convergência para as IFRS**



na **Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto.**

Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 333 p. ISBN 9788522480333 (broch.).

PESQUISA de marketing uma abordagem quantitativa e qualitativa. 2. São Paulo Saraiva 2017 1 recurso online ISBN 9788547220952.

QUEIROZ, Lísia de Melo da et al. Ajuste a valor presente solicitado pela lei n 11.638/07: um estudo com as empresas de aviação civil brasileira em 2008. In: **CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE.** 2010.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2012.

PORTAL DO INVESTIDOR. **O que é bolsa.** Disponível em [https://www.investidor.gov.br/menu/Menu\\_Investidor/introducao\\_geral/introducao\\_mercado.html](https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/introducao_geral/introducao_mercado.html) Acesso em: 21 jul. 2020

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009. 357 p.

SANTOS, Jose Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Demonstrações contábeis das companhias abertas:** de acordo com a nova deliberação CVM n.488/05 : comparativo com as normas internacionais tendo em vista a almejada convergência entre as normas contábeis. São Paulo: Atlas, 2006. 94 p. ISBN 8522442479 (broch.).

SOARES, Camila Frasson. **A evidenciação contábil do teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: um estudo de caso com as empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.** 2012. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri; DOS REIS, Luciano Gomes. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2010.